

JARDIM E PASSEIO DAS VIRTUDES. UMA PAISAGEM HISTÓRICA URBANA

GARDEN AND PROMENADE OF VIRTUDES. AN HISTORIC URBAN LANDSCAPE

PORTO DE VIRTUDES. UM PROJETO DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA

‘Virtudes (Porto): Exhibition at the Google Arts & Culture’ / ‘Porto de Virtudes’, desenvolvido no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, assume-se, em primeiro lugar, como um projeto pedagógico que procurou inovar pela implementação de um programa de gestão cultural integrado e aplicado a um objeto de estudo concreto. A atribuição do Prémio de Inovação Pedagógica da UP 2017¹ permitiu implementar um conjunto de ações.

O lugar das Virtudes, dominado, no século XVIII, por uma quinta periurbana, foi alvo de um importante conjunto de transformações, na passagem para o século seguinte, as quais permitiram a consolidação da sua frente urbana e a criação de um passeio público. Parte dos terrenos da quinta deram lugar a um horto que chegou até ao século XX, sendo posteriormente transformado em Jardim Público pela Câmara Municipal do Porto. O Passeio das Virtudes constitui hoje o único espaço verde da área classificada como Património Mundial.

Pretendeu-se com este projeto percecionar o sentido do lugar que passa pelas memórias e pelas histórias, identificando os elementos capazes de gerar comportamentos de inclusão (da comunidade residente) e aprendizagem (dos próprios estudantes), servindo igualmente como um instrumento de comunicação e de afirmação da chamada ‘Terceira Missão’ da UP, ou seja, a capacidade de a Universidade exercer um impacto significativo na Sociedade que a rodeia, valorizando social e economicamente o conhecimento.

No contexto urbano da cidade do Porto, o lugar das Virtudes destaca-se pela sua singularidade, a qual tem sido preservada ao longo dos últimos séculos. A Declaração do Québec sobre a preservação do *Spiritu Loci*² apela à «proteção e promoção do espírito dos lugares, isto é, à sua essência de vida, social e espiritual». Segundo o mesmo documento, «o espírito do lugar é definido como os elementos tangíveis (edifícios, sítio, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.), isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar»³. Há nas Virtudes um *Spiritu Loci* que efetivamente deve ser preservado, mas com valores prospetivos.

¹ UP (2017). Projetos de Inovação Pedagógica 2017.

² ICOMOS, 2008.

³ ICOMOS, 2008.

Tendo em conta o valor patrimonial do objeto sobre o qual incide o projeto — o lugar urbano das Virtudes (que mais abaixo caracterizaremos) —, a construção do programa de gestão cultural integrado foi concebido de acordo com os valores e princípios veiculados ao nível da doutrina internacional da área do Património Cultural. Pretendeu-se que este projeto fosse, pois, integrador das diversas comunidades que frequentam o lugar e que, ao mesmo tempo, fosse inclusivo, procurando implementar aquilo que a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade adotada em Faro em 2005 (Resolução da Assembleia da República nº47/2008 de 12 de Setembro)⁴ defende. Este documento agrega um conjunto de referências comuns que permitem clarificar a distribuição das responsabilidades públicas no âmbito do processo democrático e dos direitos individuais ligados ao património cultural no espaço europeu.

A Convenção Quadro de Faro reconhece a necessidade de colocar a pessoa e os valores humanos no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural salientando, igualmente, o valor e as potencialidades de um património cultural bem gerido, enquanto fonte de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida numa sociedade em constante evolução. Além disso, esta Convenção assenta na implicação de todos no processo contínuo de definição e gestão do património cultural e afirma «utilidade de políticas do património e de iniciativas pedagógicas que tratem todos os patrimónios culturais de modo equitativo, promovendo assim o diálogo»⁵. É de salientar a implicação de vários atores que se agregaram a este projeto: partindo de um projeto de natureza didática, vimos o mesmo a ser reconhecido ao nível da sua inovação pedagógica e importância social pela Universidade do Porto, o que permitiu ainda a implicação de agentes institucionais como a Câmara Municipal do Porto, Árvore — Cooperativa de Atividades Artísticas ou até empresariais, como a UNICER).

Escreveu Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1934-1996) que,

*Património é tudo o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e tem notório significado na existência e na afirmação das diferentes comunidades, desde a vicinal e paroquial, à concelhia, à regional, até à nacional e internacional. Património é qualidade e é memória rica e, idealmente, viva. Sem qualidade, intrínseca ou circunstancial, não haverá fundamento. O património não pode ser olhado apenas como uma reserva e, menos ainda, como uma recordação ou nostalgia do passado mas, antes, como algo que tem de fazer parte do nosso presente*⁶.

Assim, partindo de um dos objetivos da Convenção Quadro de Faro, «que a preservação do património cultural e a sua utilização sustentável têm por finalidade o desenvolvimento humano e a qualidade de vida»⁷, este projeto pretendeu ser multidisciplinar, congregando várias áreas do conhecimento que vão além da própria história da arte ou dos estudos do património, integrando questões ambientais e educativas aos mais diversos níveis, pois «o direito ao património cultural é inerente ao direito de participar na vida cultural, tal como definido na Declaração Universal dos Direitos do Homem»⁸.

Foi partindo destes pressupostos, e entendendo o património como uma conjugação entre o passado e o presente, que este projeto foi sendo construído. Procurámos, deste modo,

⁴ CONSELHO DA EUROPA, 2005.

⁵ *Ibidem*.

⁶ ALMEIDA, 1998: 10-17.

⁷ CONSELHO DA EUROPA, 2005: Artº 1, alínea c.

⁸ *Ibidem*: Artº 1, alínea a.

firmar a utilidade social do património e potencializar o papel do Património Cultural na Economia⁹ ao nível da difusão do seu conhecimento, pela educação formal e não formal, e bem como pelo turismo¹⁰ e pela qualidade ambiental do lugar¹¹. «O Património, para o ser, tem de estar presente e vivo, de algum modo e tem de ser olhado com efetivos valores prospetivos»¹².

A Carta Internacional sobre Turismo Cultural¹³ tem como objetivo fundamental a comunicação do significado e da necessidade de conservação do património. Assim, impõe-se o acesso ao Património Cultural pela comunidade anfitriã — contribuindo definitivamente para o seu conhecimento e reforçando um sentido afetivo de pertença — e pela comunidade de visitantes — enquanto meio de promoção/difusão turística. Tornou-se, deste modo, cada vez mais imperativa a criação de conteúdos que otimizem a compreensão, por parte destes dois públicos, acerca das características significativas do Património (ou patrimónios) e da consequente necessidade de proteção, reconhecendo e potencializando a autenticidade do lugar, inclusivamente o seu *spritu loci*, como já referimos. É, pois, neste contexto que se compreende a articulação de vários produtos criados no âmbito deste projeto, os quais, adequando os conteúdos a diversos formatos, procuram acima de tudo ser acessíveis a diversos tipos de público: exposição virtual na plataforma *Google Arts & Culture*, a exposição física, que estará patente nos jardins da Árvore — Cooperativa de Actividades Artísticas, as visitas temáticas e este *e-book*.

A Carta ICOMOS para a Interpretação e Apresentação de Sítios de Património Cultural¹⁴ assume a *interpretação e apresentação* como elementos essenciais do esforço de conservação do Património e como ferramentas básicas para a apreciação e compreensão do público dos sítios de Património Cultural. E como só valorizamos aquilo que conhecemos, partimos do pressuposto da comunicação pública como parte primordial num processo de conservação mais amplo, ou seja, de conservação de uma memória, mas com valores prospetivos.

Sendo que o fim último do projeto é a difusão do conhecimento científico sobre um lugar urbano (as Virtudes) através de uma plataforma digital de alcance global (*Google Arts & Culture*)¹⁵, a metodologia utilizada enquadrrou-se naquilo que Winn descreveu no seu artigo: «Learning by doing: Teaching research methods through student participation in a commissioned research project»¹⁶. Nesse sentido, o projeto ‘Porto de Virtudes’ foi desenvolvido no âmbito de duas unidades curriculares do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Ora, a articulação entre as duas U.C.’s sob um projeto comum e o transformar da sala de aula num laboratório de projeto (“project lab”) — para a construção e renovação do conhecimento e sua difusão sobre um lugar urbano como o é o lugar das Virtudes, permitiu, acima de tudo, congregar num único projeto os diferentes campos de abordagem do ciclo de estudos, que são: a História da Arte enquanto área científica principal e que tem como um dos seus objetivos o estudo e valorização do Património *latu sensu* contribuindo assim para o seu conhecimento, valorização, difusão e rentabilização. De igual modo,

⁹CARTA de Bruxelas sobre el papel del Património Cultural en la Economía, y para la creación de una Red Europea de su reconocimiento y difusión, 2009.

¹⁰ICOMOS, 1999.

¹¹MINISTÉRIO da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, 2013.

¹²ALMEIDA, 1998: 10-17.

¹³ICOMOS, 1999.

¹⁴ICOMOS, 2007.

¹⁵GOOGLE. *Google Arts & Culture*.

¹⁶WINN, 1995.

fez-se uso da Cultura Visual, enquanto área interdisciplinar, surgindo esta não só com valores diacrónicos (enquanto fonte para o estudo do lugar urbano), mas também com valores prospetivos pelo facto deste projeto ter como fim último a criação de uma exposição (virtual e física).

De facto, «a aprendizagem baseada na Investigação, e não em unidades de ensino estruturadas e prontas a serem usadas pelos professores e/ou alunos, é a característica mais definidora deste método de aprendizagem cooperativa. (...) Forma-se assim uma comunidade de investigadores numa turma que constitui uma comunidade de Investigação»¹⁷.

Tal opção metodológica permitiu incrementar nos estudantes o sentido crítico através da interação com os restantes membros do grupo pela apresentação das informações recolhidas, pela integração e sistematização dos conteúdos coligidos e pela apresentação oral e escrita dos mesmos. Acresce a estes aspetos a grande autonomia conferida a cada estudante/grupo, naquilo que de designa como ‘motivação intrínseca’ pois, efetivamente, «os alunos tomam várias decisões em grupo» e investigaram «o que de facto lhes interessa investigar»¹⁸.

Através desta metodologia, aproveitou-se a formação individual colocando-a ao serviço de um grupo num processo de aprendizagem cooperativa e colaborativa, invertendo o sentido do espaço letivo (aula invertida) e procurando que esse contacto com o professor seja apenas uma forma de partilhar pesquisas individuais¹⁹. Além disso, potenciou-se aquilo que Vigotsky definiu como ZDP (zona de desenvolvimento próximo) num socio-construtivismo da aprendizagem, isto é, «atuando como elemento de intervenção, de ajuda. Na ZDP, o professor atua de forma explícita, interferindo no desenvolvimento dos alunos, provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente»²⁰. Os resultados já alcançados, sempre parcelares mas suficientemente sustentados e hoje visíveis, reivindicam um tratamento de originalidade no processo de ensino aprendizagem que temos vindo a ensaiar e a melhorar, já que ele próprio se configura como um verdadeiro processo de investigação-ação.

JARDIM E PASSEIO DAS VIRTUDES. UMA PAISAGEM HISTÓRICA URBANA

Segundo a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural²¹ os conjuntos são valorizados pelo facto de integrarem um grupo de construções que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência²². A inscrição do Centro Histórico do Porto na lista do Património Mundial da Unesco (1996) fundamentou-se no valor universal excecional do tecido urbano do seu centro histórico, cujo valor estético testemunha um desenvolvimento urbano que remonta, de forma muito particular, às épocas romana, medieval e almadina (século XVIII). A riqueza e a variedade da arquitetura civil do centro histórico do Porto traduzem os valores culturais das mais sucessivas épocas, reflexo de uma perfeita adaptação à estrutura social e geográfica da cidade, mantendo ao longo dos séculos uma estável e coerente relação entre o ambiente urbano e o ambiente natural. É no dinamismo do tecido social e institucional que encontramos a sua garantia de sobrevivência enquanto centro histórico.

A cidade do Porto faz-se de estratigrafias que desenham uma particular paisagem histórica urbana que, tal como afirma a Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana da

¹⁷FREITAS,2002: 52.

¹⁸FREITAS, 2002: 54.

¹⁹BERGMANN, 2016.

²⁰NEVES, 2006: 9.

²¹UNESCO, 1972.

²²UNESCO, 1972: Art. 1º.

UNESCO (2011)²³, deve incidir sobre a proteção do património cultural e natural, visando sobretudo a preservação da qualidade do ambiente humano, potenciando o uso produtivo e sustentado dos espaços urbanos, reconhecendo ao mesmo tempo o seu carácter dinâmico e promovendo a sua diversidade social e funcional²⁴. Dando resposta às recomendações da doutrina internacional mais recente na matéria, a cidade do Porto, no seu Centro Histórico e particularmente nas Virtudes, a preservação da sua Paisagem Histórica Urbana deve, pois, fundar-se numa relação equilibrada e sustentável entre o ambiente natural e urbano, entre as necessidades do presente, as necessidades das gerações futuras e o legado do passado²⁵.

Segundo a Recomendação para as Paisagens Históricas Urbanas da UNESCO (2011)²⁶, a paisagem histórica urbana tem de ser entendida como resultante da estratificação histórica de valores culturais e naturais, com os respetivos atributos. Esta noção vai além da noção de “centro histórico” ou de “conjunto”, para passar a incluir um contexto urbano mais amplo e respetiva implantação geográfica²⁷. Ou seja, inclui a topografia, a geomorfologia, a hidrologia e outras características naturais, ao mesmo tempo que a massa edificada (seja histórica ou contemporânea), as suas infraestruturas (subterrâneas ou à superfície), mas também os seus espaços abertos e ajardinados, os padrões de uso do solo e sua organização espacial, as perceções e as relações visuais, bem como outros elementos da estrutura urbana²⁸.

A escolha do lugar das Virtudes como objeto a estudar e a comunicar deveu-se a vários fatores. O primeiro, e talvez o mais importante no contexto do processo de ensino/aprendizagem, residiu no facto de este exemplo ter a capacidade de se constituir como um laboratório de experiências, análise e comparação de dados, permitindo assim potenciar práticas ao nível da investigação, da produção do conhecimento e da comunicação.

O lugar apresenta-se como um luminoso exemplo do fenómeno do desenvolvimento urbano. A construção de uma frente urbana encostada ao exterior da muralha é um fenómeno frequente nas cidades europeias de configuração medieval, cuja capacidade de albergar mais moradores e novos equipamentos no perímetro amuralhado chega a um limite, obrigando a novas soluções de expansão. Por outro lado, esta expansão desenvolve-se, frequentemente, em terrenos ocupados anteriormente por quintas periurbanas destinadas à produção e/ou de recreio como este caso exemplifica.

Mas a excecionalidade do caso das Virtudes reside na sobrevivência da configuração prístina das suas características geomorfológicas. Mantém-se hoje uma mancha de ocupação humana que ao longo dos séculos não sofreu mutações que alterassem significativamente as encostas e o vale por onde corria o Rio Frio, afluente da bacia hidrográfica do Douro. O terraceamento das encostas que permitiu a produção agrícola em terrenos de elevado pendor também se manteve. Entre os séculos XIX e XX, aproveitando os socacos da quinta e as excecionais condições climáticas do lugar para a produção de plantas, aí se instalou um dos hortos mais importantes do país tanto pela diversidade de espécies que introduziu, como pelo carácter experimental da criação de novas variedades arbóreas e arbustivas que ainda hoje caracterizam os jardins privados e públicos da cidade.

O valor patrimonial intrínseco das Virtudes favoreceu, sem dúvida, o seu atual uso: à frente urbana que se moderniza com novos usos e equipamentos, mas que mantém os anteriores, afastando-se do excessivo arranjo da ‘city beautiful’, associa-se um jardim público com

²³UNESCO, 2011

²⁴*Ibidem*: Art. 11º

²⁵UNESCO 2011: Art. 11º

²⁶UNESCO, 2011

²⁷UNESCO, 2011: Art. 8º

²⁸UNESCO, 2011: Art. 9º

programação cultural principalmente no domínio da música. O uso contemporâneo do lugar foi também um dos fatores que conduziu à sua escolha para este projeto: a atratividade é um elemento fundamental na motivação dos estudantes.

Foi, pois, norteados pelos valores do lugar como objeto de estudo e pelos objetivos e desafios pedagógicos da metodologia adotada, que se procurou construir, e agora transmitir através desta publicação, uma proposta de entendimento do lugar urbano das Virtudes na sua longa diacronia, através de um conjunto de cinco capítulos redigidos pelos estudantes: *As Virtudes: a quinta, a fonte e a rua dos Fogueteiros*; *Virtudes e a Envolvente Urbana*; *A Habitação no Passeio das Virtudes: Tipologias e usos de materiais*; *O Passeio das Virtudes e a rutura do Palácio da Justiça*; *O Horto das Virtudes*. Foram ainda incluídas uma cronologia e um levantamento dos principais proprietários e intervenientes na zona das Virtudes, tendo por base a investigação realizada e o catálogo da exposição.

A forma como os conteúdos se apresentam reflete a metodologia seguida: o conhecimento de uma paisagem histórica urbana a partir do presente para o passado, procurando identificar as várias camadas que compõem a sua estratigrafia, sejam elas temporais, sejam elas espaciais. Após uma visita ao local e seu questionamento, identificaram-se as fontes bibliográficas que pudessem transmitir conhecimentos sobre o mesmo; de seguida, uma nova deslocação ao local levou à revisão da bibliografia, à pesquisa de fontes gráficas, fontes fotográficas e fontes manuscritas, bem como à construção de uma interpretação crítica.

Ao longo do processo, os estudantes confrontaram-se com os percalços habituais da investigação, salientando-se as informações dificilmente verificáveis ou declaradamente contraditórias, bem como com um conjunto de projetos e de edifícios desaparecidos ou nunca construídos. Salientou-se, assim, o valor de um olhar crítico e renovador, que não só apreende mas questiona de forma ativa o conhecimento produzido anteriormente.

Resultando da confluência de projetos e ações, quer privadas, quer públicas, com escalas diferenciadas, o lugar das Virtudes apresenta-se como um excelente objeto para o estudo das transformações da cidade. O conjunto de textos, resultantes de vários olhares e abordagens, salienta esta heterogeneidade e os desafios que o estudo do objeto colocou. Contudo, não poderia o projeto correr o risco de apresentar este lugar urbano apenas como uma soma de realidades independentes, pelo que se revelou fundamental o conhecimento da tessitura contextual subjacente à construção da sua paisagem antrópica.

A escala da quinta privada inicial marcou o destino do lugar e assegurou o futuro da sua dual tónica ocupacional, mantendo-se nas suas reformulações como horto e jardim. Em paralelo, a iniciativa pública, desde os inícios do século XVIII, dotou o lugar de equipamentos urbanos que o aproximaram paulatinamente da cidade, culminando na grande obra almadina do paredão, que assegura a formação de uma frente urbanizada. Contudo, e ao contrário do que acontece em muitas das infraestruturas viárias que asseguram a expansão urbana, esta revela-se à cidade a partir das ruas circunvizinhas e dos terrenos do atual jardim, afirmando o valor da sua estratigrafia. Estavam, deste modo, abertos os caminhos para a iniciativa privada na pequena e habitual escala do lote estreito e para uma nova aproximação à cota alta.

O período seguinte consolidou esta dualidade com a construção do Mercado do Peixe, em articulação com o edifício pré-existente da Roda dos Expostos, e pela criação de um novo acesso a partir da Cordoaria. A substituição, já na segunda metade do século XX, dos edifícios anteriores por um único edifício monumental, o Palácio da Justiça, provoca uma rutura de escala que vem, sobretudo, reforçar a dualidade do lugar que aparentemente esconde. Valorizando o novo acesso direto à cota baixa, através da massa escultórica do seu corpo semicircular, o Palácio da Justiça unifica a frente urbana construída sobre o terraceamento da encosta do vale.

A partir deste, o edifício do século XX revela a sua verdadeira escala e monumentalidade, voltada para o rio, num recuperar de estratégias que o século XIX seguira em ocupação utilitária e que o século XVIII valorizara já cenograficamente, com o desenho da frente de aparato da quinta. Deste modo, e paralelamente ao destaque da heterogeneidade das camadas de informação convocadas, foi necessário que este projeto salientasse que é o próprio lugar das Virtudes que revela os valores que asseguram a coesão do conjunto e ajudam a compreender as suas qualidades.

Com a publicação deste *e-book*, cremos estar diante de uma atualização da informação até agora conhecida e publicada sobre o Jardim e Passeio das Virtudes a qual resulta precisamente da revisitação das fontes, da já referida revisão bibliográfica e da identificação de fontes gráficas e documentais inéditas que, devidamente interpretadas e cruzadas com o questionamento que se fez do lugar através da observação, permitiram propor novas interpretações sobre esta paisagem histórica urbana da cidade do Porto.

Porto e Faculdade de Letras, 11 de Junho de 2017

Maria Leonor Botelho | Lúcia Rosas | Hugo Barreira
Investigadores FLUP-DCTP / CITCEM

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1998) – *Património. O seu entendimento e a sua gestão*. Porto: Etnos.
- BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron (2016) – *Sala de Aula Invertida. Uma Metodologia Ativa de Aprendizagem*. LTC.
- FREITAS, Luísa V.; FREITAS Cândido V. (2002) – *Aprendizagem Cooperativa. Teoria*. Porto, Edições ASA.
- WINN, Sandra (1995). Learning by doing: Teaching research methods through student participation in a commissioned research project. *Studies in Higher Education* 20:2, p. 203-214. Doi: 10.1080/03075079512331381703

Referências em linha

- CARTA de Bruxelas sobre el papel del Património Cultural en la Economía, y para la creación de una Red Europea de su reconocimiento y difusión (2009). Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeBruxelas.pdf>>. [Consultado a 5/5/2017].
- CONSELHO DA EUROPA (2005) – *Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade*. Resolução da Assembleia da República nº47/2008 de 12 de Setembro. Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoodeFaro.pdf>> [Consultado a 5/5/2017].
- GOOGLE. *Google Arts & Culture*. [Página em linha]. Disponível em <<https://www.google.com/culturalinstitute/beta/>> [Consultado a 5/5/2017].
- ICOMOS (1999) – *Carta Internacional sobre Turismo Cultural*. México: ICOMOS. Disponível em <http://www.icomos.org/charters/tourism_sp.pdf> [Consultado a 5/5/2017].
- ICOMOS (2007) – *Carta ICOMOS para a Interpretação e Apresentação de Sítios de Património Cultural*. Québec: ICOMOS. Disponível em <https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/interpretation_sp.pdf> [Consultado a 5/5/2017].
- ICOMOS (2008) – *Declaração de Québec*. Canadá: ICOMOS. Disponível em <http://www.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf>. [Consultado a 5/5/2017].
- Neves, Rita A.; Damiani, Magda F., (2006) – Vygotsky e as teorias da aprendizagem. *UNIrevista*. Vol. 1, nº 2 : (abril). ISSN: 1809-4651. Disponível em <<http://www.miniweb.com.br/educadores/Artigos/PDF/vygotsky.pdf>> [Consultado a 3/3/2017].
- MINISTÉRIO da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (2013) – *Avaliação de Impacte Ambiental*. [Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro]. Disponível em <http://www.culturanorte.pt/fotos/editor2/decreto-lei_n%C2%BA_151-b_2013.pdf> [Consultado a 3/3/2017].
- UNESCO (1972) – *Convenção para a salvaguarda do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris: UNESCO. Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/zonvencao paraaProteccaodoPatrimonioMundialCulturalNatural.pdf>> [Consultado a 3/3/2017].
- UNESCO (2011) - *Recomendação sobre as Paisagens Históricas Urbanas*. UNESCO: Paris. Disponível em <http://psamlisboa.pt/wp-content/uploads/2014/03/UNESCO_RECOMENDACAO.pdf>. [Consultado a 3/3/2017].
- UP (2017) – *Projetos de Inovação Pedagógica 2017*. UP | *Inovação pedagógica*. [Página em linha]. Disponível em <<https://inovacaopedagogica.up.pt/excelencia-pedagogica/projetos>>. [Consultado em 11/06/2017].